LEI Nº 49 DE 21/11/1960

Altera e inclui disposição na Lei Municipal nº 18, de 1º de junho de 1959, que institui a TAXA DE CONSTRUÇÃO CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DE ESTRADAS.

OSWALDO PIO ANDRIGHETTO, Prefeito Municipal de Santo Augusto.
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

I - DA TAXA E SUA INCIDÊNCIA E APLICAÇÃO

Art. 1º - A Taxa de Construção e Conservação de Estradas criada pela Lei nº 18/59, incide sobre a propriedade rural e será cobrada dos proprietários ou ocupantes de terras fora dos limites urbanos e suburbanos da Cidade e Vilas distritais, cuja renda será aplicada exclusivamente na construção, conservação e melhoramentos de estradas, incluindo-se-lhe o equipamento necessário a perfeita, execução dos serviços.

Parágrafo único - Considera-se ocupante sujeito a este tributo, aquele que tiver posse de terra, ainda que não possua título de propriedade.

Art. 2º - A Lei Orçamentária fixará, anualmente, no respectivo serviço, excluídas as despesas com administração, dotações para mão de obra, equipamentos e materiais de construção, nunca inferior a previsão da receita da Taxa de Construção, e Conservação de Estradas.

II - DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

Art. 3º - O lançamento da Taxa de Construção e Conservação de Estradas, para efeitos de exigibilidade, será feito em nome do proprietário ou ocupante do imóvel gravado e terá por base a extensão da propriedade.

Parágrafo único - Tratando-se de propriedade pro-indiviso, a taxa será lançada em nome de seus representantes legais, de acordo com as partes ideais de cada um.

Art. 4º - A cobrança da Taxa de Construção e Conservação de Estradas, será realizada até 31 de março de cada ano, a boca do cofre e nas sub-Prefeituras distritais.

Parágrafo único - Para efeitos de previsão orçamentária e arrecadação, o lançamento da Taxa terá por base o valor do salário mínimo vigente, de acordo com a porcentagem classificada na seguinte tabela:

a) Propriedades Agrícolas	
até 10 ha	10% do valor do salário mínimo
de 10 a 15 ha	13,5% do valor do salário mínimo.
de 15 a 20 ha	16,5% Idem, Idem,
de 20 a 25 ha	19,5% Idem, Idem,

de 25 a 30 ha	22,5% Idem, Idem,
de 30 a 35 ha	26,5% Idem, Idem,
de 35 a 40 ha	30% Idem, Idem,
de 40 a 50 ha	33,5% Idem, Idem,

ou fração. pelo que exceder de mais de 50 hectares, mais 3% para cada grupo de 10 hectares

b) Propriedades Pastoris

até uma quadra de sesmaria 16% do valor do sal. mínimo.
de 1 a 2 quadra de sesmaria 32% do valor do sal. mínimo.
de 2 a 3 quadra de sesmaria 38,5% do valor do sal. mínimo.
de 3 a 4 quadra de sesmaria 45% do valor do sal. mínimo.
de 4 a 5 quadra de sesmaria 51,5% do valor do sal. mínimo.
de 5 a 6 quadra de sesmaria 58% do valor do sal. mínimo.
de 6 a 7 quadra de sesmaria 64% do valor do sal. mínimo.
de 7 a 8 quadra de sesmaria 71% do valor do sal. mínimo.
de 8 a 9 quadra de sesmaria 77,5% do valor do sal. mínimo.
de 9 a 10 quadra de sesmaria 84% do valor do sal. mínimo.
de mais de 10 quadras, pelo que exceder, se cobrará 6% do valor do salário mínimo, por cada quadra ou fração excedente.

Art. 5º - A taxa será lançada em fichário próprio, de acordo com a declaração do contribuinte, podendo a Prefeitura exigir documentos e todos os esclarecimentos que comprovam a exatidão das declarações feitas.

Art. 6º - A falta de lançamento não isenta o contribuinte do tributo e multas a que estiver sujeito.

III - DOS DESCONTOS

Art. 7º - Gozaráo do desconto de 50% da taxa de Construção e Conservação de Estradas:

a) - as viúvas que possuírem área de terra agrícola ou rural superior a 10 (dez) hectares e que não tenham filho solteiro maior de 18 anos de idade e nem casado residindo em sua propriedade quando não possuírem outros bens imóveis.

b) - os casados com idade superior a 60 anos que possuírem área de terra excedente de 10 (dez) hectares, sem filho, agregado ou arrendatário, residindo ou não na sua propriedade.

c) - os sub-prefeitos, inspetores seccionais, professores municipais e professores particulares que possuírem propriedades agrícolas ou rural superior a 10 (dez) hectares, quando não forem proprietários, de outros bens imóveis.

d) - os menores proprietários de área de terra agrícola ou rural, superior a 10 (dez) hectares, ocupadas por agregados ou arrendatários, quando não forem proprietários de outros bens imóveis.

IV - DAS ISENÇÕES

Art. 8º - Ficarão isentos do pagamento da taxa de construção e conservação de Estradas:

a) - os sub-Prefeitos, inspetores seccionais, professores municipais, rurais e particulares, que possuírem área de terra rural ou agrícola inferior a 10 (dez) hectares, quando não forem proprietários de outros bens imóveis.

b) as viúvas que possuírem área de terra rural ou agrícola inferior a 10 hectares, quando não forem proprietárias de outros bens imóveis e desde que não tenham filhos maiores de 18 anos de idade, agregados ou arrendatários cultivando ou residindo na propriedade.

c) - os casados com mais de 60 anos de idade que possuírem área de terra inferior a 10 hectares, quando não forem proprietários de outros bens imóveis e deste que não tenham filho maior de idade, agregado ou arrendatário residindo em sua propriedade.

d) os menores de 18 anos de idade, proprietários, de área de terra agrícola ou rural, inferior, a 10 hectares proveniente partilha, quando não possuírem outros bens imóveis.

Art. 9º - Os descontos e as isenções previstas nesta Lei: Devem ser requeridas ao Prefeito em petição acompanhada dos documentos comprovantes.

V- DISPOSIÇÃO GERAIS

Art. 10 - São considerados terras agrícolas não só as situadas na zona agrícola, fracionadas e demarcadas em lotes rurais, como também, as terras de mato encravadas na área de campo natural.

Art. 11 - São consideradas terras pastoris as que não formadas por campos onde predominem os trabalhos da criação.

Art. 12 - O pagamento da taxa de Construção não isenta os proprietários ocupantes de terras, das obrigações contida no Código de Posturas, de manter roçadas, à frente das propriedades que margeiam as estradas.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 1961, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, EM

Registre-se e Publique-se

Cláudio Dier
Secretário

Oswaldo Pio Andrighetto
Prefeito